



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

REALIZADA NO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2008

ACTA Nº 24

Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro de dois mil e oito, pelas 21,30 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Informação da Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº. 1 do artº. 53 da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

2 – Imputação das Despesas com Pessoal da Associação dos Municípios

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Victor Manuel Barrocas Borrego e pelos Secretários Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores e Simplício Joaquim Guerra Piteira.

Feita a chamada verificou-se a falta de:

- Sr. Dr. Álvaro Amaro da CDU

Presentes, em representação do Executivo Camarário:

- Sra. Presidente Dra. Ana Teresa Vicente
- Sra. Vice-Presidente Adília Candeias
- Sr. Vereador Adilo Costa
- Sr. Vereador José Charneira
- Sr. Vereador José Braz Pinto
- Sr. Vereador José Carlos Sousa

Iniciando os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** informa que:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

- A presente sessão foi convocada como extraordinária, apesar de ser ordinária, sendo que o lapso é de sua responsabilidade pelo que apresenta desculpas. De qualquer forma assim que se detectou o lapso foi feita a rectificação do Edital tendo o mesmo sido publicado na edição de hoje do Jornal de Pinhal Novo.
- Sr. Dr. Álvaro Amaro, Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo, justificou ausência à sessão de hoje tendo a falta sido considerada justificada. Fez-se substituir pelo Sr. Raul Prazeres, vogal da Junta de Freguesia, que se encontra presente.

Solicita a aprovação das minutas das actas nºs. 16 de 26.04.2007 e 18 de 18.06.2007, dispensando-se a sua leitura em virtude de terem sido previamente distribuídas. Foram aprovadas por unanimidade com 26 votos a favor (15 CDU, 6 PS, 4 PSD e 1 BE).

Solicita, ainda, a aprovação em minuta do ponto que irá ser discutido, para poder produzir efeitos imediatos.

Gostaria também de saudar, com amizade, o regresso a esta casa do Sr. Membro António Cardoso que por motivos de doença foi obrigado a estar ausente. É com muito agrado que o vê praticamente restabelecido desejando que se mantenha em funções pelo menos até final do mandato.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, em nome da bancada do PS gostaria de apresentar um protesto uma vez que a questão da sessão ser ordinária ou extraordinária condiciona os trabalhos, nomeadamente em relação ao Período de Antes da Ordem do Dia. Ao ser convocada como extraordinária, fez com que os trabalhos de preparação da bancada do PS não contemplassem esse período pelo que o debate fica prejudicado. Apesar de ter sido enviada nova convocatória por e-mail, nem todos os membros têm e-mail, a bancada do PS considera a sessão como extraordinária.

Sr. Presidente da Mesa, diz que o protesto fica registado em acta, apesar de o Sr. Dr. Miranda Lemos e todos os outros membros, terem a obrigação de saber que a sessão do mês de Fevereiro é sempre ordinária. Nesse sentido a sessão é ordinária e haverá um Período de Antes da Ordem do Dia.

Agradece a presença do público presente e informa que, uma vez que se trata de sessão ordinária, haverá seguidamente um período destinado à sua intervenção.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum munícipe quer intervir.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Não havendo intervenções por parte dos munícipes presentes, o **Sr. Presidente da Mesa** dá início ao período de Antes da Ordem do Dia. De imediato pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Sr. Carlos Guinote do BE, congratula-se com a mobilização havida para o congresso da CGTP. Saúda a sua realização e a decisão da luta de rua que se vai realizar dia 28 de Março e que coincide com o dia da Juventude.

Em relação à CGTP aproveita para lamentar que não se tenha avançado na democratização da central sindical, nomeadamente na aplicação do método de Hondt. O PCP defende este método em todos os sítios, mas na central sindical os seus membros ainda não foram capazes de dar um passo neste sentido. Como todos sabem, este método é o mais democrático que se pratica em Portugal e apesar da questão já ter sido colocada noutros congressos, neste não houve oportunidade de o discutir. Espera que um dia, a central sindical venha a ter abertura para aplicar este método quer na eleição da central quer nos sindicatos.

Gostaria de falar também da saúde que é um problema de qualquer cidadão porque desde que nasça até que morra vê-se sempre confrontado com este problema. O actual Governo, e outros, quando fazem alterações na saúde fazem-no sempre em nome do bem-estar das populações mas o que vemos sempre é piorar as condições dos cidadãos. Exemplos disso são o fecho das maternidades e das urgências, o pagamento dos cuidados de saúde que é cada vez maior quando a Constituição diz que a saúde deve ser progressivamente gratuita. Os Governos têm vindo sempre no sentido contrário e o Governo do Partido Socialista, este ano, deu mais um passo nesse sentido. Lamenta profundamente esta caminhada no sentido da penalização dos mais pobres porque quem tem dinheiro sempre resolve os problemas. Deste modo saúda os cidadãos, alguns do Partido Socialista, que encabeçam uma lista para adquirir cem mil assinaturas a serem apresentadas na Assembleia da República obrigando à discussão e exigência dum serviço nacional de saúde público e gratuito.

Sr. Engº. Fernando Nascimento do PSD apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Diz que a sua intervenção não irá ser tão irreverente nem tão incisiva e irá debruçar-se sobre as cheias ocorridas no dia 18 de Fevereiro. Assistiu-se no concelho a várias inundações, muros caídos, árvores derrubadas pelo que gostaria de sensibilizar a Câmara Municipal para a elaboração das Cartas de Cheia. É essencial, e há um diploma que obriga à elaboração, existirem Cartas de Cheia. Julga que seria urgente começar a trabalhar nesse sentido, para se poder transferir para o PDM o que será apurado, tentando evitar problemas graves e ter planos de emergência para questões de cheia sabendo em concreto quais são os locais de risco.

Relativamente à gestão da bacia hidrográfica, não tem sido feita nem pelo poder central nem pelo poder local. A administração central tem que, em zonas rurais, notificar os proprietários para procederem à limpeza e desobstrução das linhas de água e não o tem feito. Por sua vez a administração local tem por obrigação manter as linhas de água limpas e desobstruídas em zonas urbanas. Tem acontecido em algumas situações mais do que noutras mas há que prever, prevenir e manter a rede hidrográfica limpa e desimpedida.

Pede também à Câmara Municipal, através da sua fiscalização, que informe a CCDR sobre possíveis infracções ou mesmo existentes no âmbito do domínio hídrico.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Sr. José Manuel Silvério do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

As questões que irá colocar à Câmara Municipal estão relacionadas com acessibilidade e mobilidade.

Nesse sentido gostaria de ouvir uma explicação sobre uma situação que ocorreu na CM 533, entre o Poceirão e a passagem desnivelada da via-férrea. Esta estrada foi desviada junto à plataforma de depósito de carros da empresa “Via Ibérica” para facilitar as entradas e saídas do local. Esta situação resultou em graves prejuízos para a população que utiliza a chamada estrada da Mini-Saia. As pessoas que utilizam esta estrada ficaram privadas no acesso à estrada no sentido Poceirão/Palmela e na saída da estrada quando chegam ao CM 533 só podem virar para norte. A população já se deslocou a uma sessão da Assembleia de Freguesia de Poceirão para pedir explicações e a resposta que obtiveram do Sr. Presidente da Junta de Poceirão é que a situação é lamentável.

Toda esta situação leva a uma outra muito mais ampla. Numa Câmara que age desta forma defendendo os interesses duma empresa privada, acabada de chegar àquele local, em prejuízo dos direitos da população sem o mínimo de respeito e consideração pelas pessoas, e mesmo sem consideração pelo Presidente da Junta de Freguesia de Poceirão que é eleito da CDU, será que se pode confiar no seu executivo para planear um bom ordenamento do território do concelho tendo em vista o natural desenvolvimento que se adivinha. Em sua opinião não, os factos falam por si e o concelho pagará uma grande factura a continuar assim.

Na sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 25 de Setembro de 2007, colocou ao executivo uma questão relacionada com uma rua e um tapume que há cinco anos ocupa grande parte da via pública da rua 5 de Outubro em Poceirão. Passados alguns dias verificou que a grua foi retirada mas o tapume ficou na mesma, porque existe um buraco no local onde estava a grua. Quando, há quatro anos a Câmara asfaltou a rua o tapume já lá se encontrava pelo que a área dentro do tapume não foi arranjada. Pergunta à Sra. Presidente se será necessário alguém tirar umas fotografias e enviar para a comunicação social nacional para que o assunto seja resolvido. A sua preocupação é que o concelho possa vir a ser envergonhado por questões que os serviços da Câmara são competentes para resolver.

Na estrada municipal do Penteado para Pinhal Novo, mais concretamente na entrada de Pinhal Novo existe um péssimo cartão de visita para o concelho e para a freguesia. O pavimento da estrada tem estado parcialmente em obras desde há bastante tempo, tendo sido alcatroado de uma forma amadora com remendos de asfalto que são mais altos que o pavimento existente, os buracos são muitos e vão-se agravando e as bermas estão em péssimo estado. Pergunta à Sra. Presidente e ao executivo se esta situação se deve a incumprimento por parte do empreiteiro que fez a obra, se é falta de respeito da Simarsul, se há falha dos serviços da Câmara para fiscalizarem o que ali se está a passar ou se será culpa do Governo.

Ao Sr. Presidente da Assembleia diz que tem verificado que nas últimas sessões, antes do Período da Ordem de Trabalhos e em cada Período da Ordem do Dia, normalmente só se vira para o lado direito e não para o outro lado. Essa situação cria muitas dificuldades para quem está do lado esquerdo pedir a palavra e às vezes é a Sra. Secretária que toma nota. Isto tem permitido, concerteza não propositadamente, a que normalmente termine sempre os debates os mesmos ou o mesmo. Neste caso concreto é o Sr. Presidente da Junta de Quinta do Anjo que estando nestes



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

trabalhos por inerência do cargo, para colocar questões ao executivo em defesa da sua freguesia, se limita a rebater as questões colocadas pela oposição. Está no seu direito, mas na última sessão a exemplo do que já aconteceu noutras não lhe foi permitido responder, e o Sr. Presidente da Junta, elegantemente, dirigiu-se à sua pessoa dizendo que o divertia. Quer-lhe dizer que a si não o irrita nem o diverte mas resvala-lhe na couraça da sua indiferença. Diz ainda que não tem sangue de barata e ninguém lhe atira pedras e fica sentado à espera de receber flores. Pode demorar algum tempo, mas quem lhe atira pedras recebe pedregulhos. Sempre que entenda colocar questões quer seja nesta Assembleia enquanto seu membro, como munícipe, no Poceirão, na Quinta do Anjo, no Pinhal Novo, na Marateca, em Palmela, colocará. Falará sempre e nenhum Presidente da Assembleia, Presidente da República, nem que fosse o Papa o farão calar. Sempre de maneira respeitosa, dentro de certo parêntesis, dirá sempre o que entender dizer, quando quiser dizer, quando e onde lhe apetecer dizer.

Sr. Presidente da Mesa, antes de passar a palavra ao orador seguinte gostaria de responder ao Sr. José Manuel Silvério, solicitando que a sua intervenção ficasse exarada em acta:

“Penso ser insignificante, e até nem merecer resposta, a questão de estar voltado para a direita mas provavelmente é por ser de esquerda.

Relativamente às inscrições quem tem que tomar nota, e tomam, são os Secretários apesar de algumas vezes também eu as tomar.

É mentira que alguma vez tenha feito de propósito para o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo ser o último a falar. Não é que não goste de o ouvir falar, adoro e acho que ele fala muito bem. Nunca fiz isso nem com ele nem com ninguém, pelo que não admito ao Sr. José Manuel Silvério que faça insinuações maldosas e que deturpe a verdade dos factos. Nestes anos que levo de Presidente da Assembleia Municipal, é a primeira vez que um senhor novato, que nem sequer foi eleito directamente e que aqui está em substituição de outro, me faz esse tipo de acusações. Não as repito porque eu não autorizo isso.”

Sr. Carlos Vitorino do PSD apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação à questão levantada de início sobre a sessão ser ordinária ou extraordinária, gostaria de dizer que sabia ao que vinha, ou seja, a uma sessão ordinária porque tal decorria da lei. É evidente que houve um lapso mas já há muito tempo que alguém dizia “...quem nunca errou que atire a primeira pedra...”. Para si, a única questão que pensa poder ser corrigida de futuro será a de telefonar a cada membro em vez de mandar e-mail ou deixar mensagem, porque nem todos têm acesso ao e-mail. Tratou-se de um lapso e não mais que isso e não pode, nem deve haver segundas interpretações face ao acontecido. De qualquer modo saúda a posição do Partido Socialista por ter alternado a sua posição inicial e ter participado no Período de Antes do Dia.

Em relação à questão das cheias, e dado o seu companheiro de bancada Fernando Nascimento já ter falado do assunto, quer apenas dizer que discorda de uma frase, lida num jornal, que foi dita em reunião de Câmara pelo Sr. Vereador Charneira e em que este referia que nem em cem anos se repetiria uma situação como a que aconteceu. Com as alterações climáticas, com tudo aquilo a que se está a assistir, com toda a modificação que tem estado a ocorrer, infelizmente estas situações têm tendência a agravar-se e a repetir-se. A culpa é apenas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

do ser humano no seu geral, e todos os erros que forem feitos agora vão prejudicar as gerações futuras.

Há uma questão que o deixa triste por ter visto a demolição do mercado municipal de Pinhal Novo obra inaugurada na década de noventa pela maioria da CDU e que, com pompa e circunstância, foi um dos maiores investimentos para a vila de Pinhal Novo. Passados poucos anos vai abaixo e vai ser necessário um investimento de alguns milhões para um novo equipamento. Em sua opinião é uma questão que merece a reflexão de todos uma vez que este equipamento teve de vida útil metade do tempo que esteve construído, porque a outra metade esteve fechado. Espera que a obra, para a qual foi aprovado um empréstimo, seja uma obra que se mantenha algumas décadas e não apenas alguns anos.

Espera também que toda a envolvente, ou seja, a Praça da Independência, tenha da parte da autarquia um melhor acompanhamento porque se encontra algo abandonada e degradada, havendo até zonas onde não existe iluminação.

Para terminar, e falando ainda da zona da Praça da Independência, diz não saber até que ponto não seria possível e desejável uma pequena requalificação que possibilitasse um aumento de lugares de estacionamento. Aquando da inauguração da estação da CP todos constataram que o estacionamento existente era exíguo e que não servia os interesses das populações. É evidente que a responsabilidade desta questão também vai para a REFER e é do seu conhecimento que, actualmente, ainda existem muitas questões a serem dirimidas com esta entidade e nomeadamente a questão da passagem subterrânea que é, e está, uma vergonha. Em relação ao estacionamento, o que se está a passar neste momento é que as viaturas ficam nos estacionamentos da vila onde há lugar. Esta situação prejudica toda a mobilidade dentro da vila, uma vez que todos aqueles que se querem deslocar para os serviços, comércio, e para o seu dia a dia, não o podem fazer.

Sr. Joaquim Caçoete da CDU, pede para que seja dada a palavra a Domingos Rodrigues uma vez que houve uma questão colocada sobre o congresso da CGTP e era importante ser esclarecida.

Sr. Presidente da Mesa, diz que o Sr. Domingos Rodrigues também está inscrito pelo que não há problema em fazer a troca.

Sr. Domingos Rodrigues da CDU apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação à questão da CGTP diz que não vai fazer uma defesa acérrima da central sindical mas, em sua opinião, quando se levantam questões as mesmas devem ser esclarecidas e de preferência por quem seja conhecedor.

Não é seu hábito, mas está à vontade para falar da matéria até porque é elemento da CGTP e gostaria de esclarecer questões que foram levantadas pelo Sr. Carlos Guinote.

De quatro em quatro anos realizam-se congressos democráticos, abertos, com discussão no movimento sindical unitário e ao contrário do que é acusada, tem a dizer que a CGTP tem várias correntes partidárias, muitos independentes, católicos e outros, e não recebem lições daqueles que não percebem nada de sindicalismo em termos práticos do que foi o congresso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Em primeiro lugar enaltece uma das decisões tomadas que foi a jornada de luta para dia 28 de Março, a CGTP não marcou mas sim ratificou uma decisão, dia internacional da Juventude.

Em relação ao método de Hondt, não vai aprofundar o assunto mas vai ter o prazer de oferecer um exemplar dos estatutos da CGTP ao Sr. Carlos Guinote para este ficar conhecedor dos mesmos e verificar que é nessa base que os assuntos são resolvidos e não são as pessoas que estão de fora que vão ensinar aqueles que andam na vida sindical há muito tempo.

Em relação à intervenção do Sr. José Manuel Silvério, apesar do que já foi dito pelo Sr. Presidente da Mesa, gostaria de dizer que os membros eleitos directamente ou não, ou que estejam a efectuar substituições, estão no mesmo pé de igualdade nesta Assembleia Municipal o que não invalida que se tenham que aceitar intervenções sem conteúdo semelhantes às efectuadas em 1976 pelo MRPP. Diz ainda que as provocações não os atingem, não é advogado de defesa do Presidente da Assembleia mas quer dizer-lhe que, na bancada da CDU, tem acérrimos defensores porque não é com intervenções deste tipo que se trabalha, mesmo não estando de acordo uns com os outros.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Dirigindo-se ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal refere a muita admiração e simpatia que sente pela sua pessoa, mas diz que foi apanhado de surpresa por estar convencido que a sessão iria ser extraordinária.

Embora gostasse muito que o concelho de Palmela se tornasse num concelho digital diz que pessoas da sua geração têm alguma dificuldade em estar sempre atentas ao que se passa no meio, não tendo tido pessoalmente oportunidade de ler o e-mail enviado.

Na sequência das intervenções dos seus colegas de bancada, recorda que quando se começou a discutir a revisão do PDM de Palmela a equipa de geógrafos que efectuou o primeiro levantamento chamou a atenção para o facto de o edificado em Palmela ser cerca de trinta por cento da sua área total. Neste momento o concelho, por boas razões, vai receber um certo número de investimentos estruturantes para o país, como a Plataforma Logística do Poceirão, a Linha de Alta Velocidade, toda a envolvente do Novo Aeroporto que vai ser instalado em Alcochete o que significa que a área artificializada vai aumentar. Deste modo é necessário ser mais cuidadoso e restritivo em relação à definição dos perímetros urbanos, às permissões de construção em zonas sensíveis, zonas naturais, leitos de cheias e às construções que interrompam linhas de água. É algo chocante que um concelho com a área do de Palmela tenha uma percentagem tão grande, e com tendência a aumentar, de zonas impermeabilizadas. Tudo isto vem a propósito das cheias que ocorreram na passada semana e que produziram estragos em várias zonas do concelho, nomeadamente naquelas em que já é habito acontecer.

Em sua opinião dever-se-á apostar cada vez mais num crescimento mais qualitativo do que quantitativo para o concelho, fazendo votos para que estas lições da natureza sejam devidamente apreendidas e levadas à prática na política municipal e nas acções municipais.

Sr. Joaquim Caçoete da CDU, apresenta Moção sobre os três anos de Governo do Partido Socialista que ficará apensa à acta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Sr. Presidente da Mesa, coloca à votação a admissão da Moção tendo sido admitida por unanimidade com 26 votos a favor (15 CDU, 6 PS, 4 PSD e 1 BE).

De imediato pergunta quem quer intervir na discussão da Moção.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Ao iniciar a sua intervenção faz votos para que todos se sintam bem na Assembleia Municipal em que o debate e a palavra os devem aproximar em torno dos superiores ideais da democracia, evitando assim escaladas armamentárias e ficando por uma arma muito mais acutilante e muito mais profunda que deixa marca para as gerações vindouras: a palavra e a defesa dos ideais porque se batem e em que acreditam.

Em relação à intervenção do Sr. Carlos Guinote, concretamente sobre a saúde, diz há sempre duas ópticas sobre o mesmo problema. Desta vez até foi moderado e não disse que a vida era uma doença crónica, sexualmente transmissível e que acaba inexoravelmente na morte. É uma visão do problema e foi quase assim que perspectivou a política de saúde do Partido Socialista.

O Sr. Carlos Guinote usa os chavões que a oposição ao Governo tem usado, usando com alguma habilidade a inabilidade do antigo ministro da saúde, homem que muito respeita e profundo conhecedor dos problemas e com o qual se identifica inteira e completamente, para transmitir a mensagem da bondade subjacente à sua política.

O discurso usado é um paradigma de como é encarada uma política séria de saúde, e concerteza que preferem ser enganados e ir para um centro de saúde com uma pseudo urgência e morrerem por falta de meios, do que terem uma rede de saúde estruturada minimizando os percursos de quem de facto precisa de urgências. Também concerteza que preferem levar as mulheres para sítios onde os partos põem em risco as suas vidas. Refere uma experiência da sua vida, enquanto médico, num programa de medicina à periferia e onde foi muito difícil explicar às parturientes que aquele local não tinha condições para terem os seus filhos. Foram feitas muitas campanhas de sensibilização mas esse paradigma ainda existe e é usado para atacar uma política bem feita e que está a ser implementada, provavelmente com algumas assimetrias dada a novidade e a incapacidade de responder em tempo útil a tudo o que é necessário fazer. Também se esquecem de falar de uma coisa notável que são as unidades de saúde familiar.

Fica preocupado com esta maneira de ver o país e esta escalada de dialéctica que não traz nada e não se preocupa com as populações. É a luta política entre bancadas mas têm que estar profundamente imbuídos que se tem que fazer muito pelos outros, dar expressão e defender quem os elegeram, defender os postos de trabalho, defender a saúde e a educação e todos os pilares fundamentais de uma sociedade que se quer desenvolvida e do século XXI. Tudo isto tem que ser feito com verdade, não se podem usar meias verdades para fazer passar a nossa verdade. Têm que ser objectivos e factuais.

Portugal é um dos países mais seguros da Europa e nono mais seguro do Mundo. No entanto, mercê do que se publica no dia a dia, vive-se e sente-se insegurança apesar de não se viver em insegurança.

É isto que a CDU pretende através das intervenções que são feitas e através da Moção que apresenta, ou seja passar uma sensação de que algo de mau se está a fazer. No entanto celebra que, como sempre o fizeram ao liderarem processos que não lhe pertencem, não tenham



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

exigido na Moção uma plataforma logística para o Poceirão. É engraçado que este assunto que vai gerar tantos postos de trabalho e vai tornar Palmela um concelho charneira na Área Metropolitana de Lisboa não tenha sido falado. Os transportes de alta velocidade, que vão trazer alguns constrangimentos que compreende, o aeroporto em Alcochete vão alterar profundamente o concelho apesar da política da CDU.

Muitas vezes interroga-se se as pessoas acreditam naquilo que dizem, interroga-se se sentem aquilo que defendem e porque é que não o praticam se o sentem.

Foi médico no Pinhal Novo e viu implantar-se a obra do regime que foi o mercado municipal de Pinhal Novo. A bancada do PS bateu-se contra pela localização escolhida, pela concepção e pelo que representava de gastos no erário municipal e o tempo veio dar razão a todas as questões levantadas.

Posteriormente verificou, com tristeza, a degradação ambiental que se vivia em Pinhal Novo com o abate de zonas de pinhal. De norte a sul do país, e não tem dúvidas que o Governo do PS também tem culpas, assiste-se à betonização vertical e horizontal. No concelho de Palmela todos têm obrigação de defender as coisas do concelho, de não deixar edificar nas linhas de água, de se baterem pela qualidade de vida no dia a dia. Quem conhece Quinta do Anjo de há muitos anos interroga-se se é um exemplo destes que se quer num desenvolvimento harmonioso e sustentável para uma zona tão privilegiada como aquela em que se deitam abaixo sobreiros à revelia duma decisão municipal e se implantam edifícios e edificações com uma densidade populacional que põe em causa o desenvolvimento harmonioso da freguesia.

É isto que transparece na Moção da CDU e o faz sentir triste. Não sente regozijo nenhum quando rebate e quando fala. A sua intervenção não é de carácter político mas sim de um homem que vive há muitos anos, que tem o privilégio de trabalhar com algo superior, o homem, e que se interroga sobre o que se faz no curto espaço em que cá se está e se contribui para a deterioração do planeta porque ninguém pode saber qual o clima daqui a cem anos.

Termina dizendo que se sente preocupado e que tem que se falar consistente e coerentemente verdade, não se podendo fazer truques de ilusionismo e dizer-se algo para se colher junto ao eleitorado, escamoteando que o Partido Socialista tem sido um partido solidário, um partido de esquerda apostado numa vida melhor para todos os cidadãos, um partido que tem feito a política do possível apesar da oposição da CDU que se esquece de colocar na Moção tudo aquilo que a governação do Partido Socialista tem feito de substantivo para a melhoria da qualidade de vida, de forma transversal, de todo o país e do concelho em particular.

Sr. Carlos Guinote do BE diz que não vai analisar com muito pormenor a Moção mas vai começar no PIDACC para desmontar uma afirmação do Sr. Dr. Bracinha Vieira quando se discutiu o problema da nova lei autárquica e em que por via dessa lei uma minoria de eleitos pode ter a maioria. Nessa ocasião o Sr. Dr. Bracinha Vieira passou a mão pela CDU dizendo que viria a ser beneficiada no distrito de Setúbal. Todos sabemos como um Governo pode mandar uma vereação abaixo ou o poder de um partido eleito num determinado concelho bastando para isso não fazer obras e dar mais para outros. Todos sabem como, em período eleitoral, alguns candidatos quer do PS quer do PSD dizem que se forem eleitos têm o Governo para poder fazer melhor. É muito fácil mandar abaixo os poderes que existem mas espera que isso não aconteça.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Em relação à intervenção do Sr. Dr. Miranda Lemos diz que este se limitou a fazer a exaltação do que o PS tem feito. Há séculos um rei para ir a Roma levava meses para ir e vir, mas agora na era dos computadores comunica-se facilmente com o Papa para quem tiver o caminho aberto que não é o seu caso. Mal seria que não houvesse melhorias nesta sociedade mas o que tem acontecido é que se está a recuar em determinados aspectos. Falou também nas boas medidas do Governo pelo que aproveita a ocasião para lhe dar um bom exemplo: no hospital de S. Bernardo, em oftalmologia, quem se inscreva hoje na melhor das hipóteses terá médico daqui a dois ou três anos. Em relação ao serviço de otorrino passa-se exactamente a mesma coisa e também em estomatologia.

Refere que tomou conhecimento através de um panfleto colocado na sua caixa de correio da existência de troca de jóias e ouro por dinheiro, em supermercados, situação que pensava já ter desaparecido da nossa sociedade.

Diz o Sr. Dr. Miranda Lemos que o PS tem sido um partido solidário. Concorda com a afirmação porque tem sido solidário mas é com os poderosos, fecha os olhos à corrupção, não faz o possível para investigar corrupção e é de facto por estes motivos que é um partido solidário. Só que este problema não é só do Partido Socialista é um problema da Europa que tem vindo a cortar regalias sociais por causa da globalização.

A terminar quer ainda dizer que a plataforma logística do Poceirão vai ter uma maioria de pessoas sem emprego fixo como é o caso dos jovens que estão nos centros comerciais que não sabem o que o futuro lhes reserva. Enquanto houve o socialismo real, com o qual não estive de acordo, o capitalismo foi-se mantendo e dando benesses para dizer que aqui é que era bom. Agora que desapareceu, e que a selva também chegou à União Soviética, é o recuperar de tudo: liberdade total para despedir.

Sr. Presidente da Mesa, relembra que estão no período de Antes da Ordem do Dia a discutir a Moção apresentada pela CDU. Ainda estão inscritos quatro pessoas para usar da palavra e restam dezoito minutos para terminar o período, pelo que vai encerrar as inscrições para terminar a discussão da Moção e proceder à sua votação.

Sr. Dr. Valentim Pinto da CDU apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Em relação à Moção gostaria de começar pela área da saúde onde o Sr. Dr. Miranda Lemos referiu que o problema do anterior ministro era o da comunicação. Em sua opinião não era um problema de comunicação mas sim de aplicação concreta das políticas do governo que não eram as políticas daquele ministro. É do conhecimento geral que um Governo funciona como órgão colegial e é duma demagogia pura e barata tentar fazer crer à população que uma mudança de ministro implica necessariamente uma mudança de política. Implica por força do movimento popular de grande contestação a essas políticas que tiveram contradições e ecos dentro do próprio Partido Socialista onde há gente que enferma de alguns princípios de esquerda ou pensa que poderá encontrar dentro deste partido alguma réstia de esquerda. A nova ministra agora empossada ainda não o era e já contrariava alguns aspectos da aplicação da política que estava a ser seguida

A questão de fundo resume-se em três ou quatro questões com uma visão tecnocrática da política. Quando se encerram unidades de saúde e maternidades com argumentos de natureza



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

técnica, que nalguns casos têm fundamentação técnico-científica, porque quanto maior for o número de execuções de um acto, e neste caso actos médicos, mais habilitado e rotinado está para o respectivo acto. Mas o problema não é este mas sim a visão economicista deste Governo que leva a que nesta área, como em outras, tenha sido esse o critério fundamental para o encerramento de várias unidades de saúde em várias vertentes com uma insensibilidade social total e dando um contributo negativo para aquilo que tem sido a desertificação do interior do país. Este é um sinal simbólico, político e importante às populações do interior que se encontram cada vez mais desfavorecidas, com menos recursos, e acaba por ser um incentivo pela negativa a fixação ainda maior das populações no litoral com a assimetria que todos assistimos.

O caso das cheias, que aqui já foi falado, tem a ver com uma concentração urbana excessiva no litoral e nas grandes áreas metropolitanas por falta de políticas regionais e de desenvolvimento integrado do país.

É reconhecido hoje pelo Governo que não existia uma rede estruturada alternativa ao encerramento das unidades de saúde e o próprio sistema ambulatório não estava articulado entre as várias entidades tendo-se assistido a situações ridículas que levaram a mortes. Está a falar-se de situações duma gravidade que o Sr. Dr. Miranda Lemos escamoteia porque se está a falar de saúde e de vidas. Admira e aceita o tom coloquial de falar sobre matéria tão delicada e politicamente tão grave, que não tem que ser falada de forma apaixonada, mas que não lhe parece bem ser falada por um profissional de saúde de forma tão romanceada, mas choca-o do ponto de vista político com todo o respeito pelas suas sensibilidades sociais e políticas que tem relativamente a estas e outras matérias.

O que se assiste actualmente é que logo que os centros de saúde encerram aparece de imediato o privado. É um convite aquelas populações que se sentem desprotegidas, para quem pode e quem não pode. Esta é uma estratégia política do Governo do PS no sentido da privatização generalizada da sociedade portuguesa e cada vez mais irá haver a segmentarização e estratificação até na saúde. Haverá as unidades privadas para os ricos, as unidades familiares de saúde para os remediados e os centros de saúde para os pobres, porque as unidades familiares de saúde trabalhando por objectivos onde os funcionários, os técnicos, os médicos e os enfermeiros vão ter mais remuneração, que tem a ver com a densidade populacional, irão ter sempre médicos alternativos. As unidades familiares de saúde vão ser dentro do sistema público, apesar de tudo, um pouco melhor que os centros de saúde que irão ser os parentes pobres sobretudo no interior do país onde a densidade populacional é menor e é menos rentável a criação das unidades de saúde. Iremos ter cidadãos de primeira, de segunda e de terceira e o Partido Socialista está a contribuir para a terciarização deste país que um destes dias estará ao nível da América latina.

Estão a dismantelar tudo o que compõe o estado social deste país criado pelo regime capitalista depois da segunda guerra mundial. Estão a fazê-lo porque têm uma base social de apoio que permite fazer o que o PSD não fez, porque o PSD a fazer isto a ponte sobre o Tejo já tinha sido interrompida. O PS tem uma base social de apoio que permite ter políticas de direita que o PSD não conseguiria fazer e o governo do PS está a fazer uma política de direita claramente mais acentuada do que aquilo que algum governo do PSD fez até hoje.

Também no campo da educação estão a ser criadas medidas demagógicas de forma a escamotear estatisticamente o abandono escolar, como é o caso das "Novas Oportunidades".



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Estes programas não têm o intuito de trabalhar na valorização das pessoas que largaram a escola há alguns anos, e com esta forma poderiam regressar ao trabalho escolar, mas sim trabalhar para a estatística e esconder o insucesso e abandono escolar.

No campo da justiça nem é bom falar porque em relação à lei anti-corrupção, proposta por João Cravinho, que o Partido Socialista não teve a coragem política de assumir e quando hoje existe a generalização daquilo que se chama “crime de colarinho branco” não houve uma palavra de indignação perante o que se está a passar. Também aqui o PS está a estratificar a sociedade portuguesa de uma forma mais acentuada do que alguma vez se viu neste país.

Na segurança social, no desemprego, na precariedade e insegurança no trabalho, mais de trinta por cento da população está a trabalhar a recibo verde e a contrato de termo. Estão a privilegiar os acordos de empresa, em grandes empresas com maior capacidade reivindicativa e com mais poder para negociar com a entidade patronal como o caso da Autoeuropa, e a enfraquecer e desestruturar a contratação colectiva que era um elemento estruturante na organização dos trabalhadores. Quando o Governo dizia que ia alterar o Código de Trabalho, e corrigir os aspectos negativos que vinham do PSD, fez o contrário. Acentuaram os aspectos negativos e estão à beira de permitir que o despedimento fique mais facilitado, não só o despedimento colectivo mas também o despedimento com justa causa. A questão da polivalência também é outro aspecto permitindo horários de trabalho até sessenta horas conforme os picos de trabalho.

Há uma panóplia de políticas que o Governo está a levar a cabo nas várias áreas que até hoje nenhum Governo de direita conseguiu fazer e sempre com base no problema do défice. Apresentam o défice de três por cento como uma espécie de rácio científico, só que é um pressuposto político de toda uma política da união europeia que é de fragilização do estado providência e da liberalização da economia. O Partido Socialista defende a liberalização da economia, o endeusamento do mercado, a fragilização do estado enquanto papel regulador e o acentuar de desigualdades sociais e ainda dizem que são um partido de esquerda.

Termina dizendo que não há coerência política neste tipo de afirmação e nos argumentos com que a bancada do PS pretende contrariar a Moção da CDU.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD diz que o Sr. Dr. Valentim Pinto fez uma intervenção notável mas foi um verdadeiro discurso de política geral. É sua opinião que, no tempo que resta para as intervenções em falta, não há possibilidade de dar resposta a esta corrente de temas e argumentos que quase procuram definir um modelo alternativo às políticas que têm sido seguidas em Portugal.

Trata-se de um tema interessantíssimo pelo que sugere ao Sr. Presidente da Mesa e à Sra. Presidente da Câmara, a organização, em Palmela, de um colóquio sobre este tema. A política municipal intercepta muito da política nacional e até internacional, mas reconhece que neste fórum é difícil discutirem-se problemas desta natureza que envolvem uma longa e interessantíssima discussão que tem que se fazer em Portugal e não só.

No fundo o Sr. Dr. Valentim Pinto propõe uma série de políticas, mas há um aspecto a tomar em conta. É fácil criticar a governação que Portugal tem tido nos últimos anos, nomeadamente nos últimos três, mas também têm que se criar alternativas. Pessoalmente é incapaz de apenas criticar sem dar alternativas.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

O Governo do Partido Socialista tem governado sobretudo para os mais ricos mas também para os muito pobres. Basta abrir um Diário da República para ver que as políticas do Governo favorecem os grandes investidores mas também, de acordo com as disponibilidades orçamentais, os muito pobres e isso tem que ser reconhecido. O PSD que se identifica com a classe média sente-se desconfortável com esta situação.

Uma das coisas que nota na Moção da CDU é que na argumentação não se fala da classe média. As conclusões são perfeitas, e a bancada do PSD está de acordo com elas, só que existe um défice tremendo na argumentação. Foi esquecida a situação da classe média que está a ser empurrada para baixo, em risco de depauperação e a breve termo os quinze ou vinte por cento da taxa de pobreza irão subir porque há um arrastamento para baixo do limiar de pobreza de uma larga franja da classe média. Há imensas famílias com rendimentos entre os dois mil e três mil euros mês em que mil euros são afectados à amortização de empréstimo para compra de casa e que ainda têm outras amortizações relativas a empréstimos ao consumo. Estas famílias que vivem com pouco desafio por vezes são confrontadas com despesas inesperadas e arruinam-se. São situações que acontecem frequentemente e que Portugal tem que arranjar alternativas. Em sua opinião Portugal nada pode fazer porque não há qualquer alternativa da parte da CDU, do PCP e mesmo da linha mais à esquerda do PS que seja minimamente realista e financiável. Se Portugal tivesse a sorte de ter petróleo na costa, como a Noruega, podia aprofundar muitíssimo o estado social e o bem-estar. Para além das receitas que todos concordam com elas, mais educação, mais formação para que no futuro Portugal possa ser mais competitivo, tem alguma dificuldade em ver uma resposta só portuguesa. A seu ver as respostas só podem ser ao nível europeu e mundial. É necessário um dia um acordo entre a Europa e a América do norte para regular, disciplinar ou até acabar com as *offshore* financeiras internacionais, o que é fundamental. Tudo ou uma grande parte do que se diz acerca da globalização prende-se com esta matéria, mas também é fundamental voltarmos, sem ambiguidades e receios, a dizer perante países como a China e Índia que têm que se tomar medidas contra o défice social. As condições dadas pelo sistema chinês, ou indiano, às empresas, a falta de direitos sindicais e sociais, a falta de normas de qualidade, a falta de protecção do ambiente faz com que não se consiga competir com eles. Mas é uma situação que Portugal não pode resolver por si só, terá que ser a nível duma Europa unida e forte e que não siga o modelo liberal que tem seguido ao longo da última década.

Para terminar, e voltando à Moção em discussão, diz que concordam com as conclusões mas têm sérias dúvidas em relação a muitos dos argumentos, faltando mesmo alguns. É opinião do PSD que há que encontrar alternativas porque não basta criticar e assim perde-se legitimidade para criticar as políticas que são seguidas.

Sr. Carlos Vitorino do PSD em relação à Moção refere uma questão que discorda porque a mesma é falsa. Pode-se imputar muitas responsabilidades e muitas quebras de promessas eleitorais ao Sr. Primeiro-ministro José Sócrates, agora que ele criou mais de cento e cinquenta mil empregos é verdade. Isso é verdade porque graças a este tipo de políticas que têm sido seguidas já mais de cento e cinquenta mil trabalhadores portugueses se viram obrigados a emigrar e a arranjar emprego. De facto Portugal, que estava a receber emigrantes, está novamente a ter emigração lá para fora e isso tem a ver com todas as intervenções que aqui foram feitas. Apesar de algumas medidas sociais os pobres continuam pobres, os ricos estão mais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

ricos, os muito ricos mais ricos estão e a classe média tem todos os dias mais nêspira e menos dinheiro. Todos os meses são bissextos, têm mais dias do que o dinheiro que sobra nos bolsos ao fim do mês.

De facto há responsabilidades que são imputadas a este Governo, e à parte do Partido Socialista que o governa, porque há socialistas que não se revêem nesta política. A CDU diz que são políticas de direita mas não sabe se isto não será a verdadeira esquerda pelo que os que dizem ser de esquerda, PCP, BE e PS, é que têm que se entender.

Em relação à questão da saúde, só alguém com um intuito suicida quereria piorar as condições das pessoas. Percebe o espírito da intervenção do Sr. Dr. Miranda Lemos porque o problema é que, daquilo que é a bondade das intenções à prática, vai uma distância muito grande e esbarra em muitos casos concretos como o das maternidades. O Sr. Presidente da República de Timor-leste foi alvo de um atentado e por sorte estava em Díli e não em Alijó e foi assistido pelo INEM. Isto são os casos concretos da população que se vêm no dia a dia e que as pessoas estão a sentir, pelo que os estudos da SEDES sobre o mal-estar social que graça em Portugal são verdadeiros. Muita gente já não acredita na política e nos políticos e por isso afastam-se, isolam-se, vão para a abstenção e isto pode ser muito mau para a democracia e para o conceito de democracia que o PSD defende. Em sua opinião é necessário reagir, é necessário que todos digam basta.

Para terminar gostaria de dizer ao Sr. Carlos Guinote que não sabe se a nova lei autárquica irá ou não avante nos moldes em que foi proposta porque a reacção dos autarcas do Partido Social Democrata, na generalidade, foi contrária ao entendimento que estava a ser gizado entre as duas bancadas parlamentares. E isto pode acontecer porque todos se mexeram, reagiram, e os autarcas social-democratas também reagiram, e quando assim é por vezes é possível parar processos injustos.

Sr. José Manuel Silvério do PS diz que a presente Moção é típica do PCP porque tem a sua perspectiva e visão e não concorda com nada do que é feito porque é tudo mau e negativo.

Concorda com alguns aspectos nomeadamente a questão das empresas e dos bancos que também preocupam as pessoas no Partido Socialista porque são pessoas de esquerda. Mas há uma grande diferença entre uma esquerda totalitária, que é o PCP, e uma esquerda democrática, que é o PS, que também sente as preocupações efectivas das pessoas como o desemprego.

Refere que existem imprecisões na Moção relacionadas com o pagamento do IRC pela banca, o aumento da população escolar e ainda o número de desempregados no concelho que é de dois mil, em sua opinião é um número atirado. Refere que nos últimos censos a população no activo, entre os quinze e os sessenta e quatro anos, se cifrava em vinte e cinco mil habitantes por isso como é que é possível haver vinte por cento de desempregados no concelho de Palmela.

Sr. Domingos Rodrigues da CDU, interrompe dizendo que o Sr. José Manuel Silvério tem que aprender a ler porque não é isso que é dito na Moção.

Sr. José Manuel Silvério do PS, responde dizendo que não tem que aprender a ler porque o Sr. Domingos Rodrigues é que é catedrático e diz que os outros são analfabetos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

políticos. Refere que não teve oportunidade de ler e pede-lhe para ser bem-educado e não interromper.

Refere ainda as listas de espera para cirurgia que diminuíram, são números oficiais, e não são faladas na Moção.

Enumera algumas preocupações sociais do Governo tais como as iniciativas para acabar com algumas benesses, que o PCP gosta de falar, e que nenhum Governo teve a coragem de fazer: congelou os salários dos administradores públicos e definiu um tecto salarial; acabou com a acumulação na totalidade dos ordenados, reformas e pensões dos políticos; aplicou quarenta e dois por cento de impostos para os maiores escalões do IRS; diminuiu substancialmente a captura do poder do estado pelos interesses particulares; equiparou o sector da função pública ao sector privado em relação às reformas; na educação os professores foram colocados nas escolas por três anos dando estabilidade às mesmas; a nível social pela primeira vez nas últimas duas décadas em Portugal, no dia 5 de Dezembro de 2006, houve um acordo histórico para o salário mínimo nacional com todos os parceiros a assinarem, incluindo a CGTP.

Gostaria ainda de referir, em relação ao desemprego, que para o PCP as pessoas do PS são todas umas insensíveis e estão todas satisfeitas com o desemprego. Com o PCP a tomar conta do país nunca haveria crise nenhuma, nunca haveria desemprego, nunca nenhuma empresa fecharia, o petróleo nunca aumentaria, a Opel na Azambuja nunca teria fechado. Com o PCP a China, a Índia e as economias emergentes não criariam problemas na economia mundial como está a acontecer. Também o PSD se esquece que muito do que se está a passar agora foi fruto duma guerra que apoiou no Iraque.

Em relação ao PSD e à ironia do Sr. Carlos Vitorino tem a dizer que isto não é como começa, é como tudo na vida é como acaba pelo que passa a referir os números nacionais oficiais relativos ao desemprego desde 1995 até à presente data. O Partido Socialista como partido de esquerda tem preocupações com o desemprego e com outras questões. São preocupações responsáveis e não hipócritas que por um lado dizem lamentar mas por outro agradam-lhes porque daí podem tirar dividendos políticos. Isso, o Partido Socialista não faz porque se preocupa com o país e pode cometer erros porque toma decisões, mas há pessoas que não tomam decisões e já os cometeram. Houve muitos milhões de fundos comunitários que vieram para Portugal, que foram desbaratados tendo muitos sido denunciados, e não resultou em nada porque existem vinte e cinco por cento de pessoas no limiar da pobreza. É evidente que quando se fazem reformas todos gostam se forem para os outros. Por isso as preocupações do Partido Socialista são preocupações sérias e não é tudo como o PCP pretende, porque se o PCP estivesse no poder era o país das maravilhas e as pessoas não acreditam nisso.

Sr. Presidente da Mesa diz que não pode aceitar mais inscrições apesar de reconhecer que existem questões muito interessantes a serem debatidas mas o tempo já está largamente ultrapassado. Uma vez que o Sr. Domingos Rodrigues diz que se trata da defesa da honra passa de imediato a palavra solicitando que seja breve.

Sr. Domingos Rodrigues da CDU, refere que a sua intervenção é em defesa da honra porque já não é a primeira vez que ofendem a sua honra e ainda não o ouviram nesta Assembleia ofender ninguém. A bancada da CDU tem as suas opiniões, aceitam e contrariam as opiniões dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

outros mas já é a segunda vez que chamam à bancada, e particularmente à sua pessoa, de mal criado pelo que solicita que fique registado em acta esta intervenção senão terá que tomar as medidas consideradas adequadas em termos da lei. Não ofendeu ninguém, não ofendeu a bancada, não tem a mesma opinião e não aceita que pela segunda lhe chamem de mal criado.

Não havendo mais intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a Moção à votação tendo sido aprovada por maioria com 20 votos a favor (15 CDU, 4 PSD e 1 BE) e 6 votos contra do PS.

Sr. Carlos Guinote do BE, pede para usar da palavra dizendo que na sua intervenção havia uma resposta ao Sr. Domingos Rodrigues e que em sua opinião, neste caso, o Sr. Presidente da Mesa não conduziu bem os trabalhos porque introduziu a Moção no meio e agora já não há condições para continuar a discutir o assunto.

Sr. Presidente da Mesa, responde dizendo que, com todo o respeito que tem pelo Sr. Carlos Guinote, não se apercebeu da situação agora referida até porque já tinha dito que após a discussão e votação da Moção daria por encerrado o período de Antes da Ordem do Dia. De imediato dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões colocadas.

Sra. Presidente da Câmara apresenta cumprimentos a todos os presentes.

Refere que vai passar a responder as questões muito concretas que foram colocadas.

- Cartas de cheias: Palmela tem o conjunto das cartas de cheias, onde estão identificadas todas as questões relacionadas com as linhas de água, e que foram apresentadas à CCDR em Janeiro de 2007 não tendo até à data obtido qualquer despacho;
- Infracções no domínio hídrico: sempre que são detectadas são comunicadas à tutela;
- Cheias no dia 18 de Fevereiro: quando o Sr. Vereador Charneira se referiu às cheias deve tê-lo feito no contexto dos dados que a Câmara Municipal, ou seja, apesar de ter ficado muito aquém da última cheia centenária que aconteceu, esta foi a segunda maior cheia. Não havia, nem existiu, nenhum alerta que fizesse presumir que iria cair tanta quantidade de chuva, e ao que parece não existiu em nenhuma região do país pelo que, de certa maneira, todos foram apanhados um pouco desprevenidos. O caso do concelho de Palmela é um caso particular, salvo pontos sensíveis muito bem definidos como é o caso da Lagoinha, Olhos de Água e a zona envolvente à vala da Salgueirinha, pois não é considerado como um município com riscos de cheias. Por este facto qualquer intervenção mais cuidada teria que acontecer num contexto de alerta que não aconteceu. Os efeitos da intempérie provocaram diversas situações que levaram a uma grande dificuldade no accionar todas as operações apesar de não terem havido situações graves, com pessoas em risco nem desalojadas, houve sim muito danos materiais. Sem se estar à espera desta quantidade de chuva foi a oportunidade para serem detectados alguns lapsos ou menor capacidade de reagir a todas as situações. As situações



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

mais críticas verificaram-se com a inundação de algumas garagens e habitações e ainda derrocadas de muros junto às zonas onde se registou maior concentração de água. Houve uma consequência grave ao nível da energia porque caíram vários raios que levaram ao corte de energia e comunicações telefónicas. Do ponto de vista do concelho os pontos mais críticos foram a EN 252 entre Batudes e Pinhal Novo que esteve fechada ao trânsito entre as 14 e as 23 horas, a EN 379-2 na zona da Lagoinha que foi encerrada durante a tarde e a noite e o CM 1029 junto a Quinta do Anjo que foi fechado durante o período da manhã e aberto à tarde de forma condicionada. Tal como já referiu noutros momentos todas as operações de intervenção, envolvendo os funcionários da Câmara, Bombeiros, GNR, Juntas de Freguesia e EDP, tiveram a maior prontidão na resposta às situações que foram identificadas. A resposta não foi maior pelas dificuldades criadas pela falta de comunicações. Em termos de apuramento de responsabilidades, e algumas são imputadas pelos munícipes à Câmara Municipal, a autarquia voltou a oficiar o Ministério do Ambiente no que diz respeito à vala da Salgueirinha porque, como é sabido, é um dos pontos críticos do concelho e uma das zonas mais sensíveis é a que bordeja toda a vala. Refere ainda que todos os pontos críticos que aconteceram foram fora dos perímetros urbanos e onde a responsabilidade de intervenção é indiscutivelmente do Ministério do Ambiente, concretamente do INAG, apesar da Câmara não enjeitar responsabilidades no que aconteceu dentro dos perímetros urbanos;

- Estrada Municipal nº. 533: a estrada não foi desviada mas sim alargada para permitir o acesso à empresa, que já foi referida anteriormente, e com isso “a estrada da mini-saia” ficou sem acesso directo num determinado sentido. Atentos ao problema, colocado em primeiro lugar pelo Sr. Presidente da Junta de Poceirão mas também pelos Srs. Vereadores, em reunião de Câmara, e até por alguns munícipes, não fizeram mais do que confirmar a questão. A solução encontrada, já com projecto apresentado na Câmara Municipal, visa encurtar ligeiramente o separador que foi construído de modo a que o acesso à estrada possa ser feito como antigamente;
- Tapume na rua 5 de Outubro em Poceirão: decorre duma obra tendo a grua sido retirada por a obra ter terminado, pelo que o tapume também está prestes a ser retirado. Refere também que a taxa de ocupação da via pública tem estado a ser paga;
- Mau estado da via no Penteado: o problema está identificado, tendo já sido exigida a repavimentação junto da Simarsul uma vez que a degradação do piso ficou a dever-se às intervenções desta empresa. O compromisso que existe por parte da empresa é que a repavimentação acontecerá no conjunto de intervenções que irão ser feitas no concelho;
- Praça da Independência: existe um projecto de intervenção no sentido de corrigir as deficiências na iluminação pública. Trata-se de um problema um pouco mais profundo do que à primeira vista parecia e não se trata apenas de substituir ou reforçar a iluminação. Neste momento está a ser estudado qual a relação deste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

problema com o contexto geral da obra bem como a parte da responsabilidade que a Câmara pode assumir e a que ainda pode imputar a terceiros;

- Estacionamentos em torno da estação: a REFER não acautelou estacionamentos tal como foi verificado e reclamado por todos, logo desde início e em particular pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia. Os estacionamentos que existem foram feitos pela Câmara Municipal e neste momento o que se conseguiu junto da REFER foi exigir o pagamento da obra que irá ser feita com vista ao aumento dos estacionamentos do lado sul da linha.
- Plataforma Logística do Poceirão: ao contrário do que às vezes é acusada, não é verdade que tenha o hábito de dizer mal do Governo, pelo que gostaria de informar que existem muitas iniciativas no sentido de garantir que as várias acessibilidades que têm identificadas devam ser construídas atempadamente. O facto da Câmara não “gritar” da mesma maneira acerca das exigências e negociações que vai fazendo com o Governo e com os promotores, não significa que não haja intervenção e a tentativa de que intervenções que não dependem da Câmara sejam acauteladas pelas entidades que têm essa responsabilidade, sejam elas administração central ou promotores privados.
- Desenvolvimento do concelho: acha que não é a hora adequada para discutir o paradigma do desenvolvimento que o concelho vai ter a partir de agora apesar daquilo que a CDU fez. Diz que fica sempre muito incomodada quando houve esta expressão pelo que não indo a esta discussão, que muito legitimamente aconteceu entre os Srs. Membros da Assembleia, não resiste a dizer que o desenvolvimento é uma coisa que se induz e que se constrói. Se é possível hoje o concelho de Palmela ser alvo de um conjunto de equipamentos ou infra-estruturas, ou por outro lado estar na eminência de receber impactos de infra-estruturas que acontecem nas imediações, isso só pode acontecer provavelmente tendo em conta aquilo que foi feito no território ao longo dos anos. Se tem aspectos que possam ser considerados menos positivos tem seguramente aspectos que têm que ser considerados positivos. Tem características endógenas por um lado e por outro tem características de desenvolvimento que foram sendo criadas e que permitem que esses equipamentos aconteçam em Palmela. Tem muitas dúvidas que alguns dos investimentos que estão a ser propostos para esta região tivessem acontecido se porventura houvesse por parte do poder local uma atitude de hostilidade, de fechar porta aos problemas, etc. Para terminar diz que reserva os seus comentários para outros momentos, e outro fórum, na medida em que nesta Assembleia é fundamentalmente interpelada pelos Srs. Membros da Assembleia.

Não havendo mais intervenções o **Sr. Presidente da Mesa**, dá por terminado este período passando de imediato ao período da Ordem do Dia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

1 – Informação do Presidente da Câmara acerca da actividade municipal, de acordo com o disposto na alínea e) nº.1 do artº. 53º. da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº. 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Sra. Presidente da Câmara informa que não vai ler a introdução, acedendo ao apelo do Sr. Presidente da Mesa para os trabalhos não se prolongarem muito, mas gostaria de destacar dois pontos.

O primeiro tem a ver com o último parágrafo do relatório e refere-se a um estudo que foi elaborado pelo Observatório para o Desenvolvimento Económico e Social da Universidade da Beira Interior, sobre indicadores de desenvolvimento dos concelhos do país, e que atribui ao concelho de Palmela um lugar entre os primeiros vinte. Este estudo cruza um conjunto de variáveis como a disponibilidade de bens culturais, bens de consumo, ambiente e avalia factores concretos como educação, mercado de trabalho, infra-estruturas, ambiente económico e habitacional. No cruzamento destas variáveis o concelho de Palmela surge como um dos vinte primeiros, que é um dado muito interessante quando se fala sobre a realidade deste concelho.

O outro ponto não consta neste relatório mas aconteceu neste período e em sua opinião é algo que é muito importante para a vida das autarquias e a Câmara Municipal de Palmela não foi alheia nem esteve desatenta ao tema. Trata-se de um tema tratado amplamente na comunicação social e que tem a ver com as novas competências para os Municípios, concretamente na área da educação.

Informa que a Câmara Municipal e a Junta Metropolitana de Lisboa deram parecer globalmente negativo a este diploma do Governo, porque entenderam não estarem reunidas condições para receber de imediato da administração central, as responsabilidades na área do pessoal não docente do pré-escolar, 1º. Ciclo, 2º. e 3º. Ciclos mas também dos equipamentos educativos nos mesmos níveis de ensino e ainda a acção social escolar para estes níveis.

Para além de desconhecem com rigor aquilo que é intenção do Governo transferir como recursos materiais, e mesmo que se possa dizer que o Ministério se compromete a transferir aquilo que tem escrito no respectivo orçamento para cada uma das áreas, entenderam que isso seria manifestamente insuficiente até porque no caso de Palmela está claro na carta educativa que têm em falta pelo menos duas escolas novas de 2º. e 3º. Ciclo e das escolas existentes têm em falta três pavilhões desportivos. A escola de 2º. e 3º. Ciclo Poceirão/Marateca não tem pavilhão desportivo e as escolas secundárias não têm pavilhões desportivos. Isto quer dizer que se viessem a aceitar competências nesta matéria provavelmente receberiam verbas para fazer a manutenção dos equipamentos existentes tal como estão.

O último aspecto que lhe parece muito importante e revelador daquilo que é hoje a realidade das autarquias, e por outro lado daquilo que passará a ser a nova realidade caso este diploma se consubstancie em realidade, é que a Câmara Municipal receberia duzentos trabalhadores nas mais variadas situações contratuais e que constituem o pessoal não docente das escolas.

Considera que este tema é um dos mais preocupantes da actualidade porque afecta todas as autarquias e a capacidade de servirem os cidadãos em condições de dignidade e de cumprir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

princípios básicos como o da universalidade e dos direitos iguais, pelo que espera sensibilizar esta Assembleia para a questão.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se alguém tem alguma questão a colocar.

Sr. José Manuel Silvério do PS, em relação à página doze do relatório sobre a construção da EB1 de Pinhal Novo refere que existe uma adjudicação da obra a serviços externos à Câmara nomeadamente ao Arqtº. Carlos José Marques David por noventa mil euros. A dúvida reside no facto de a Câmara apesar de ter um bom número de técnicos superiores no seu quadro e arquitectos qualificados precisar de gastar noventa mil euros para fazer um projecto duma escola primária, pelo que gostaria de ser esclarecido.

A outra questão que não é da responsabilidade da Câmara, mas quem vem referenciada na página quinze, tem a ver com sete crianças sinalizadas pela CPCJ de Palmela por actos de negligência por parte das famílias. A exemplo do que acontece em todos os outros concelhos, não serão só sete mas muito mais, mas existe uma situação que gera alguma confusão e que deve ser motivo de preocupação de todos. Verifica-se que no pré-escolar onde o ensino não é obrigatório, com crianças dos três aos cinco anos, os educadores não sabem como é que hão-de sinalizar as crianças quando existe abandono, de um dia para o outro, da frequência do estabelecimento de ensino ou quando os pais os negligenciam o que vai ter reflexo no futuro das crianças.

Sr. Dr. Bracinha Vieira do PSD, em relação à questão recorrente referenciada pela Sra. Presidente da Câmara da transferência de novas competências em matéria de educação para as autarquias locais gostaria de dizer que o preocupa que em Portugal existam problemas que há vinte anos estão sempre na mesa. Quando esteve ligado, por breve período, à área da educação este problema já era candente. Na altura conseguiu-se chegar a um acordo em relação às transferências financeiras para as autarquias com vista à transferência de determinadas competências, através de um estudo independente que na altura foi feito pela ANMP. Depois dessa altura a questão não avançou e neste momento, quinze anos depois, o problema volta à discussão, está por resolver e não há consenso na sociedade sobre ele.

Gostaria de perguntar à Sra. Presidente se estes duzentos trabalhadores não docentes serão suficientes para as escolas, se haverá excesso ou insuficiência? Não poderá a Câmara na eventualidade de os vir a receber de os poder utilizar para outras funções tornando-os mais polivalentes? Em relação ao critério de distribuição dos recursos financeiros pelas autarquias o concelho de Palmela ficaria razoavelmente bem dotado, ficaria muito sob dotado ou ainda não existem critérios definidos?

Em relação à informação da actividade municipal diz que é muito interessante, e tem informação muito importante, mas tem sido sempre a mesma em termos de formatação ao longo dos tempos. Pergunta se não seria possível enriquecer esta informação com outros dados relativos ao concelho, como por exemplo a taxa de desemprego, taxa de pobreza, numero de idosos com acesso ao cartão municipal sénior, entre outros. São elementos importantes para políticos em regime de voluntariado, como são quase todos os Membros da Assembleia à excepção de um, e que não têm acesso a estes elementos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

Sr. Carlos Guinote do BE, refere que se confrontou há dias com um problema relacionado com o pagamento de taxas para afixação de propaganda nas fachadas dos prédios onde existe determinada actividade. Ficou surpreendido porque não pensava que os valores fossem tão altos, dando como exemplo um estabelecimento no centro Dovari que paga cerca de duzentos e quarenta e oito euros por semestre, e que lhe parecem algo exagerados. Vai tentar informar-se de outras situações para tentar indagar se há razões para aplicação de taxas com aquela ordem de valores.

Sr. Dr. Miranda Lemos do PS, gostaria de colocar uma questão que é recorrente e que o tem preocupado em termos de segurança e de deambulação na estrada que liga Volta da Pedra a Pinhal Novo em frente à Mercedes. Sabe que o acesso não é da responsabilidade da Câmara mas permite iniquidades dramáticas com risco de acidentes que já têm acontecido. Recomendaria medidas mais drásticas, uma vez que o traço contínuo é completamente desrespeitado, até porque o acesso está convidativo para se fazer o que apetercer.

A outra questão já tem alguma responsabilidade da Câmara, e com todo o respeito pelas pessoas que governam a sua vida existem regras que devem ser cumpridas, e está relacionado com o comércio de viaturas de ocasião. Verifica que a via pública, na zona acima referida, encontra-se cheia de carros para venda, quer de um lado quer doutro, extravasando os recintos próprios. Pergunta se a Câmara já tomou alguma medida, com grave prejuízo de quem se desloca a pé. Cabe à Câmara Municipal, e a todos nós, corrigir essa proliferação anárquica de venda de carros que encham a via pública, que não pagam taxas e põem em perigo a vida dos peões.

Sr. Presidente da Mesa, dá a palavra à Sra. Presidente da Câmara para responder às questões.

Sra. Presidente da Câmara, esclarece que o projecto da Escola de Pinhal Novo 2 é um concurso público e como é evidente os técnicos da Câmara não têm capacidade de fazer todas as obras que são desenvolvidas no concelho.

A questão da CPCJ de Palmela é uma questão muito importante e esclarece que os dados referidos não são da Câmara mas da Comissão. Este é um dos exemplos que, não sendo ligados à actividade da Câmara, se achou relevante identificar neste relatório para um conhecimento mais detalhado de situações existentes no concelho. É verdade que o pré-escolar não sendo obrigatório pode ser revelador de situações de negligência por parte dos pais mas não permite à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens tomar qualquer atitude a não ser que se trate de uma situação evidente e que possa ser registada como negligente. A simples ausência ou o facto de ir de vez em quando não permite ser encarado como negligência.

Em relação ao novo diploma de transferência de competências em matéria de educação tem a dizer que o número de duzentos trabalhadores não é um número rigoroso mas sim estimado e que abarcará não só os efectivos do ministério como também os contratados e tarefeiros. Não se pode dizer que são trabalhadores que a serem integrados na autarquia pudessem fazer outro tipo de actividades na medida em que são funcionários necessários nas escolas e em alguns casos há auxiliares em falta. O problema não é dizer que existem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

trabalhadores que não fazem nada, a questão é um outro quadro completamente diferente quanto ao número de trabalhadores. A questão essencial é mesmo uma questão de princípio porque não se conhece nada e a única coisa que o diploma diz é que o ministério se compromete a transferir para as autarquias as verbas que constem do seu próprio orçamento. A Câmara Municipal não sabe o que é que o ministério tem no seu orçamento afecto ao concelho de Palmela mas mais grave ainda é a questão de princípio. A forma de transferência de recursos acontece sob a forma de contratualização individual, ou seja, contratualização concelho a concelho o que não respeita princípios universais. Cada concelho vai contratualizar de acordo com os seus recursos, a sua vontade, a sua sensibilidade pelo que em opinião da Câmara Municipal um princípio base que a educação deve ter, de ser universal e o seu acesso ser em condições de igualdade, não se verificará com este princípio da contratualização individual. Na Junta Metropolitana de Lisboa foi tomada a decisão de não se fazer nenhum contrato individual entre os dezoito municípios que compõem a área metropolitana. Trata-se de um diploma que contém matéria muito problemática e muito polémica para ser resolvido em forma de contratos directos com as autarquias.

Em relação à questão da publicidade diz que pode ser cara porque há vários modelos de publicidade, mas trata-se de um regulamento municipal que foi aprovado em conjunto e que foi validado pela Assembleia Municipal.

A ocupação abusiva da via pública por *stands* de automóveis é uma situação grave, sendo que a fiscalização municipal vai actuando, e é possível que não consiga fazê-lo em tantas situações quanto as existentes, pelo que em diversas vezes os proprietários dos espaços são intimados a retirá-los da via pública.

Quanto ao acesso à Mercedes também é uma situação grave que a Câmara pensa ver resolvida aquando da construção da rotunda naquele local e que acabará com aquela entrada.

2 – Imputação das Despesas com Pessoal da Associação dos Municípios

Sr. Presidente da Mesa, pergunta à Sra. Presidente da Câmara se pretende aduzir mais algum esclarecimento.

Sra. Presidente da Câmara, quer apenas prestar um pequeno esclarecimento porque admite que a proposta pela maneira como foi remetida pela Associação de Municípios possa ter suscitado alguma dúvida que também foi suscitada em reunião de Câmara.

Nesta proposta está apenas a votar-se a questão da imputação dos custos com pessoal no orçamento camarário, não se estando a pagar nada nem a contrair uma nova despesa. O texto que a AMRS junta à proposta é que pode suscitar alguma confusão porque na reunião da Assembleia Intermunicipal foi votada ao mesmo tempo a comparticipação anual dos municípios e o peso dos custos com pessoal a imputar em cada um dos orçamentos, daí que estes dois temas apareçam em conjunto. Só se está a votar o peso que esta despesa passa a ter no orçamento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PALMELA

Mandato 2005/2009

municipal e decorre da afectação que é feita de forma percentual a partir do montante anual da contribuição de cada um dos municípios.

Sr. Presidente da Mesa, pergunta se algum membro da Assembleia pretende intervir.

Não havendo intervenções, o **Sr. Presidente da Mesa** coloca a proposta à votação tendo sido aprovada por unanimidade, com 26 votos a favor (15 da CDU, 6 do PS, 4 do PSD e 1 BE).
Aprovado em minuta.

Não havendo mais assuntos a tratar, deu-se por encerrada a sessão cerca das 00,15 horas do dia 27 de Fevereiro de 2008, tendo sido lavrada a presente acta, que eu Maria Amélia Colaço Fragoso Ludovina das Dores redigi e subscrevi.

Palmela, 27 de Fevereiro de 2008